REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

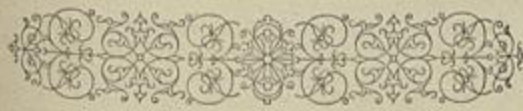
Preços da assignatura	Anno — 36 n.os	Semest. — 18 n.os	Trim. — 9 n.os	N.º á entrega
Portugal (franco de porte, moeda forte)	3$800	1$900	$950	$120
Possessões ultramarinas (idem)......	4$000	2$000	—$—	—$—
Extrangeiro (união geral dos correios).	5$000	2$500	—$—	—$—

10.º ANNO — VOLUME X — N.º 308

11 DE JULHO 1887

REDACÇÃO — ATELIER DE GRAVURA — ADMINISTRAÇÃO

LISBOA L. DO POÇO NOVO, ENTRADA PELA TRAVESSA DO CONVENTO DE JESUS, 4

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empreza do OCCIDENTE, sem o que não serão attendidos.

CHRONICA OCCIDENTAL

A sentença proferida pelo tribunal militar, no julgamento da causa tristemente celebre do alferes Marinho da Cruz, tem preoccupado gravemente Lisboa, tem produzido profunda sensação, e com sobejas rasões para isso.

Na quinta feira santa do anno passado, a capital foi logo pela manhã sobresaltada pela noticia d'um crime monstruoso, que acabava de praticar-se lá para as bandas do Campo de Sant'Anna.

Um alferes, um rapaz muito intelligente, portador d'um nome muito conhecido e muito respeitado no professorado secundario do paiz, o sr. Marinho da Cruz, matára a tiros de rewolver um collega seu, o cabo Pereira, um rapazinho muito novo e que fôra em tempo seu amigo intimo.

O crime apresentou-se desde logo revestido das mais aggravantes circumstancias.

Não foi no meio d'uma altercação calorosa, no calor d'uma discussão violenta, que o alferes Marinho, perdendo a cabeça, cego pela ira de momento, provocado por qualquer insolencia do seu adversario, se lançou a elle e o matou.

Não senhor.

Não houve discussão, nem altercação, nem sequer troca de palavras desabridas: o cabo Pereira, um rapaz muito novo, uma creança ainda, completamente inoffensiva, passava: o alferes Marinho, um homem já, segui-o, e traiçoeiramente, pelas costas, matou-o a tiros de revolver.

Do crime resaltou logo a premeditação.

Aquella morte fôra pensada, meditada, era o epilogo de qualquer drama passado entre os dois.

Que drama era esse?

A resposta veiu rapida a esta interrogação, porque o drama era bem e escandalosamente conhecido de todos os companheiros do assassino e do assassinado.

E era tão repugnante, tão vil, tão asqueroso esse drama, que nenhum jornal se atreveu a contal-o senão por meias palavras, por entre as linhas do seu artigo.

Um romance escandalosamente celebre de Adolpho Belot, *Mademoiselle Giraud ma femme,* traduzido em portuguez com o titulo de *Amigas e peccadoras,* tinha ali o seu *pendant.*

Amigos e peccadores podia ser o titulo do romance torpe que esse assassino cobarde desenlaçára n'essa manhã de quinta feira santa, nas proximidades da Escola do Exercito.

Por toda a cidade correu um fremito de horror, de indignação e de repugnancia.

O crime era infame, mas mais infame ainda o seu motor, a abjecta paixão repugnante que armára o braço do assassino.

Na madrugada do dia 5 do corrente, ás 5 horas e meia da manhã, depois de uma audiencia que durára sem interrupção perto de 20 horas, d'uns debates que se feriram energicos durante uma noite toda, o tribunal militar pronunciou o seu *veredictum* sobre esse estranho e asqueroso crime.

Esse *veredictum*, que era esperado anciosamente por toda a gente, produziu, como já dissemos, o maior assombro e a mais profunda estranheza.

O tribunal absolveu o alferes Marinho da Cruz do crime de que era accusado, não, dando por não praticado o assassinio, mas sim dando por irresponsavel o assassino.

Irresponsavel porque?

Porque, segundo a opinião de dois alienistas notaveis os srs. drs. Senna e Marcelino Craveiro, o reu não era um criminoso, era um doente, um epileptico larvado.

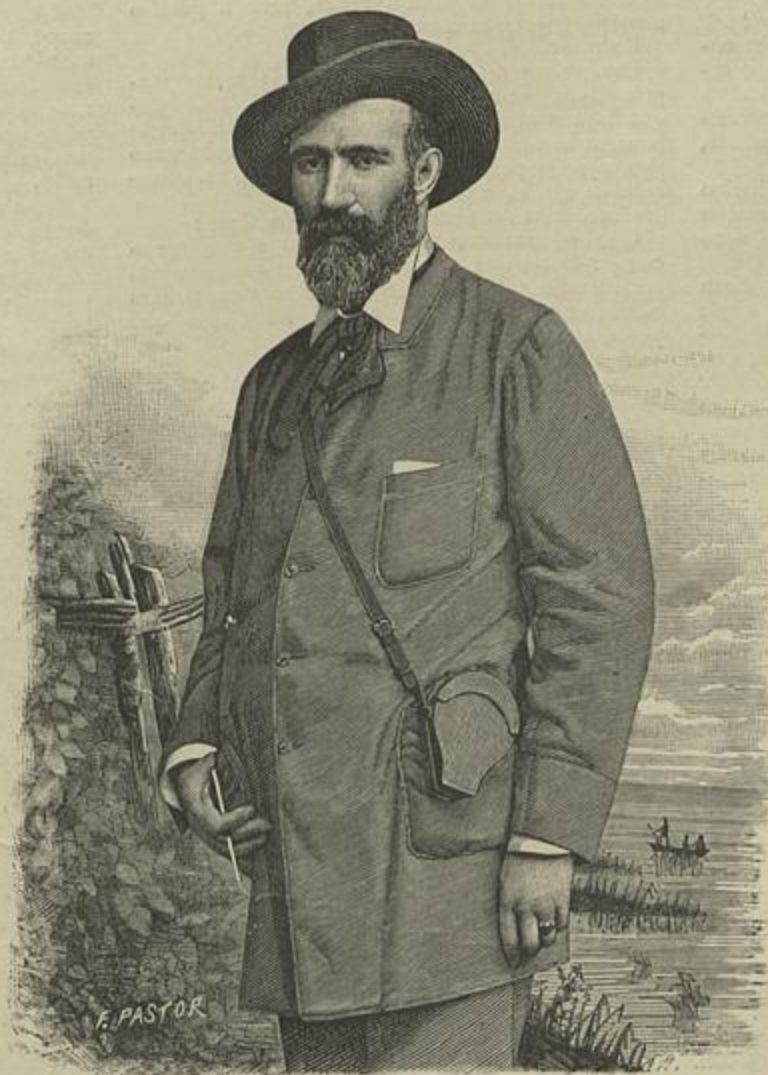
A morte do cabo Pereira fôra n'elle apenas uma resultante da sua doença, como os frunculos nos diabeticos, como a expectoração sanguinea nos tuberculosos.

E em vista d'esta opinião de dois homens illustres de sciencia, o tribunal entendeu não dever condemnar um homem á pena de morte por ter uma epilepsia, do mesmo modo que não condemnaria a seis mezes de cadeia, sequer, um sujeito por ter uma lesão no coração ou calculos nos rins.

Até aqui muito bem.

Ha uns tempos a esta parte a medicina tem alastrado o seu lugar n'este mundo de Christo, e se, tem caminhado alguma coisa na arte de curar, isto é, se tem caminhado um bocadinho para a frente, tem caminhado immenso para os lados, tem invadido os dominios da justiça, da litteratura, da critica e da arte.

Agora, quando vem á nossa terra algum artista distincto estrangeiro, quando nos nossos theatros se exhibe algum trabalho artistico importante, o medico é logo chamado a dar a sua opinião, como se a Sarah Bernhardt fosse uma bronchite e o Coquelin fosse um leicenço. Nós não censuramos, nem elogiamos esta transformação que ultimamente se tem operado nos nossos costumes, constatamos apenas.

Agora a medicina acaba de fazer a sua entrada triumphante nos tribunaes: e esse facto, pela novidade, causou um certo espanto na população de Lisboa.

ANTONIO LOPES MENDES

Auctor do livro «A INDIA PORTUGUEZA»

Até agora a população lisboeta chamava a um assassino um assassino, a um ladrão um ladrão: e era assim que os tratava e via tratal-os pelos tribunaes.

De repente esta nomenclatura muda completamente, e um assassino passa a chamar-se um doente.

Comprehende-se que isto faça bulha no espirito publico; tambem o systema metrico fez bulha quando appareceu de repente a substituir o velho covado, e o tradiccional arratel.

Mas esta alteração da nomenclatura traz comsigo tambem uma alteração nos costumes.

Até agora um cidadão pacifico quando no meio da rua era aggredido por qualquer cidadão menos ordeiro, gritava immediatamente — O' da guarda!

D'aqui por deante tem de substituir este grito pelo — O' do medico!

Quem altas horas fôr atacado n'uma viella escusa por um gatuno atrevido não deve chamar um policia, deve chamar um facultativo, porque é muito possivel, é certo mesmo, segundo a opinião d'alguns especialistas, que esse gatuno não é um criminoso, é um enfermo.

Ora nós não temos de fórma alguma a pretenção de atacar essas novas theorias scientificas, de entrarmos n'uma discussão medico legal, para a qual nos não achamos inteiramente nada habilitados: entretanto sem a menor idéa de contestação scientifica permittir-nos-hemos algumas ligeiras considerações.

Nós comprehendemos perfeitamente que em frente d'um crime de que se não possa conhecer o mobil, se vá buscar o motivo a uma lesão qualquer cerebral, a um estado qualquer doentio. Ha poucas semanas ainda, n'uma loja da rua do Bom Successo, entrou um homem, e dirigindo-se a outro que estava sentado n'um banco, deu-lhe tres facadas, e voltando depois contra si a mesma navalha esfaqueou-se e com tanta boa vontade, que dava a alma a Deus no mesmo dia em que do hospital, sahia curado, o homem que elle ferira.

Ao principio julgou-se ver n'esse caso o epilogo de qualquer drama intimo, e alguns dos jornaes, dando a noticia do facto, chamavam-lhe — *Fim de tragedia* e promettiam para o dia immediato informações minuciosas.

Foram ás informações e o que souberam?

Souberam que o homem esfaqueado não conhecêra, nunca vira mesmo o homem que o esfaqueou. Entre elles não tinha havido as mais ligeiras relações: nunca se tinham encontrado na vida: eram perfeitamente alheios, estranhos, um ao outro.

Em vista d'um caso d'estes é natural, é logico attribuir o crime simplesmente, unicamente, a uma allucinação qualquer, a uma perturbação cerebral, a uma doença.

Mas, quando, procurando-se o motor d'um crime, se encontra uma historia completa, a que não falta nenhum capitulo, e que explica logicamente esse crime, até na sua premeditação, não me parece francamente que seja necessario andar a procurar em modernidades scientificas, ainda muito discutidas lá fóra, e que mesmo entre nós encontram quem as combata, o motivo do crime que resalta naturalmente, logicamente, humanamente da instrucção do processo.

E é esse precisamente o caso sujeito.

Provadas com o depoimento de testemunhas as estranhas relações havidas entre o assassinado e o assassino, bastava a existencia d'essas relações anormaes, contra a natureza humana, fóra de todos os habitos legaes e usaes da nossa civilisação, para explicar esse desenlace brutal e anormal tambem.

E depois provou-se tudo, provou-se o ter aquelle que foi assassinado abandonado, semanas antes, aquelle que devia assassinal-o, ter fugido para a companhia d'outrem, a quem por isso mesmo o assassino votou tal rancor, que, mesmo na audiencia, pediu para se retirar, quando esse outrem entrava a depôr, para o não ver, para não se achar na presença d'elle; provou-se claramente que o ciume, um ciume extravagante, phenomenal, mas que por isso mesmo, pela sua natureza extranha e excepcional é muito mais violento, muito mais dominador — como numerosos factos identicos o teem demonstrado, e sem irmos mais longe, como o demonstrou um assassinio commettido ha poucos annos em Setubal — provou-se claramente que foi o ciume que se apoderára completamente do espirito do assassino.

E tendo nós o ciume a explicar o crime, para que demonio precisamos procurar-lhe mais explicações, quando essa explicação é tão cabal, tão logica, tão profundamente humana; tão profundamente humana, que poucas semanas antes, n'uma rua á Estrella, esse mesmo sentimento produzira uma tragedia igual a esta, até mesmo nos pormenores do crime?

Lembram-se d'isso ainda com certeza.

Ahi o ciume foi tambem o mobil do crime, mas um ciume para assim dizer legal, humano — o ciume do homem pela mulher que amava.

Esse homem era guarda portão do hotel de Bragança. Vivia com uma mulher de quem tinha tres filhos; essa mulher abandonou-o. Elle escreveu-lhe muitas cartas pedindo-lhe que voltasse para a sua casa: cartas que ficaram sem resposta. Por fim, sob um pretexto futil, fez com que essa mulher fosse chamada ao commissariado de policia, a ter uma conferencia com elle, por causa d'uma machina de costura. No commissariado instou e supplicou-lhe que volvesse para a sua companhia.

Ella não quiz.

Elle então sahiu, e indo buscar a uma capellista um rewolver de que premeditadamente fizera acquisição, e que prudentemente alli deixára a guardar dentro d'uma caixa, sem dizer o que era, foi esperal-a ao caminho e ainda mais uma vez lhe pediu que fosse com elle.

— Não, não, tornou ella.

Elle então pegou no rewolver e matou-a.

E desfechou-lhe os seis tiros sem faltar um: os seis tiros! o tal *acharnement* que o sr. dr. Senna diz ser um dos indicios caracteristicos dos crimes praticados pelos epilepticos larvados.

E, apesar d'isso, ninguem se lembrou nunca de dizer que o guarda portão do hotel Bragança era um epileptico, nunca ninguem viu n'elle um doente, nem mesmo o seu illustre defensor, o mesmo eminente homem de lettras e distincto advogado que foi defender agora o alferes Marinho da Cruz.

O crime estava claramente historiado como está agora este, as aggravantes de premeditação eram as mesmas, senão muito peiores, e entretanto o talentoso advogado não teve necessidade de recorrer a exame medico, não foi necessario indagar os antecedentes da familia do criminoso, para o defender.

E o jury se não o absolveu, deu-lhe como provadas grande numero de attenuantes, e a esse crime no facto tão grave, teve a punil-o uma pena pequenissima.

Porque?

Porque no mobil do crime havia a sua propria desculpa: porque fôra o amor de pae, porque fôra o amor de amante, que fizera d'aquelle homem um assassino, porque o acto criminoso fôra gerado pela tensão, pelo exaggero de sentimentos santos e levantados.

E no caso do alferes Marinho da Cruz?

Que sentimentos se encontram a motivar o crime? O ha que n'esses sentimentos que se não podem dizer em publico, que se não podem confessar em voz alta, o que ha n'elles que possa attenuar o crime?

Mas deixemos isso.

Acceitemos absolutamente a opinião dos medicos tal qual ella é, e tiremos o caso de personalidades para these geral.

A justiça encontra no seu caminho um assassino feroz. Vae a julgal-o e vem a medicina legal e diz-lhe:

— Alto lá! Este homem não é um criminoso é um doente; assassina porque não póde deixar de assassinar, não é um acto da sua vontade, é um effeito da sua doença! Este homem mata pela mesma rasão que o thysico tosse; que o endefluxado espirra.

Perfeitamente.

Desde o momento em que os actos que uma creatura commette são independentes da sua vontade, são alheios á sua responsabilidade, é claro que seria imbecil e injusto pedir-lhe a responsabilidade d'esses actos e castigal-a por elles.

Um assassino n'estas condições é tal qual um cão hydrophobo.

Mata sem saber o que faz, sem querer fazer isso; mata porque a sua doença assim lh'o ordena.

E nunca ninguem se lembrou de chamar um cão damnado aos tribunaes.

Mas se nós tivermos um cão que estimemos immenso e se elle se damnar o que lhe fazemos? Batemos-lhe por isso? Castigamol-o? Decerto que não. Lamentamol-o profundamente, e com as lagrimas nos olhos e a dôr no coração, damos cabo d'elle.

Ainda ha pouco Lisboa assombrada ouviu a narrativa d'uma d'essas mortes, feita em magnificos versos por François Coppée, e recitada, como nunca imaginamos que se podesse recitar, pelo actor Coquelin.

Ora nós não vamos tão longe na applicação *del cuento*, ainda que a nova phase que a sciencia medica quer dar á criminalidade vem revolucionar completamente todas as theorias penaes, e desfazer toda a argumentação usada contra a pena de morte: nós não pretendemos insinuar que a sociedade encontrando defronte de si um facinora que é um doente, mas que é ao mesmo tempo um perigo, deva supprimir o perigo matando o doente; mas o que queremos, o que exigimos em nome da segurança individual é que a lei nos ponha a todos ao abrigo d'esse perigo.

Se ámanhã os tribunaes por um *veredictum* absolutorio pozerem no meio da rua um assassino confesso e responsavel, que por uma questão qualquer matou o seu inimigo, a justiça póde velar o rosto, mas nós podemos continuar a andar socegadamente por essas ruas.

Esse homem matou sabendo o que fazia, matou porque tinha umas razões quaesquer para matar, não é de certo um bom companheiro; mas não tendo nós questões com elle, não o intromettendo nas nossas relações, podemos estar descançados.

Agora se esse facinora é inconsciente, é irresponsavel se mata, sem querer nem saber por que: se assassina ao acaso, sem precisar para isso conhecer outras rasões senão o capricho da sua enfermidade, tenham a bondade de nos dizer, o que é feito da segurança individual, e se uma epidemia n'um povoado não é preferivel á visinhança d'um d'esses enfermos.

Resumindo e concluindo: nós nem por um instante duvidamos da sinceridade e da convicção dos illustres medicos alienistas que deram o seu voto n'esta questão; da verdade das suas theorias, ainda que profanos, duvidâmos e muito, e temos para isso todo o direito, desde o momento em que essas theorias encontram no mundo scientifico quem as não perfilhe, quem as ataque de frente. E em todo o caso o que não póde ser de fórma alguma, é que mesmo que isso assim seja, mesmo que na maioria dos criminosos não haja senão doentes, os tribunaes não podendo mettel-os nas cadeias, porque elles são irresponsaveis, os atirem para o meio da rua, por não saber que destino lhes dar.

É claro que pelas nossas leis um tribunal criminal, depois de declarar que um homem submettido ao seu julgamento não é criminoso, deixa completamente de ter alçada sobre elle. Tudo o mais que disser depois d'esse primeiro *veredictum* póde ser muito sensato, dictado pelas mais santas intenções mas é legalmente e praticamente nullo.

Se a nova phase que a medicina legal quer dar á criminalidade é verdadeira, então reforme-se n'esse sentido a lei, acabe-se com as penitenciarias e com os presidios e criem-se hospitaes especiaes, onde esses criminosos d'hontem hoje simplesmente doentes perigosos, estejam devidamente guardados á vista, de modo que as suas enfermidades não possam fazer mal a ninguem.

Gervasio Lobato.

ANTONIO LOPES MENDES

E O SEU LIVRO «A INDIA PORTUGUEZA»

Pela segunda vez illustra as paginas d'este periodico o retrato de Antonio Lopes Mendes, o illustre viajante que, depois de ter devassado a India, no longo periodo decorrido do anno de 1862 a 1871, emprehendeu em 1883 uma viagem pelo Brazil de norte a sul d'onde regressou em 1884.

Foi de volta d'esta viagem, não menos copiosa que a da India, em apontamentos geographicos, historicos e estatisticos, colhidos na sua carteira de *tourist* enriquecida com desenhos do natural copiados das povoações e florestas do grande imperio americano, que Lopes Mendes, offereceu á Sociedade de Geographia de Lisboa o original do livro *A India Portugueza*, que a mesma sociedade conseguiu que o governo mandasse imprimir por conta do estado.

É este magnifico livro, que acaba de sahir dos prelos da Imprensa Nacional, e a que já nos temos referido, quando, por especial fineza do seu auctor, publicámos alguns excerptos e algumas das excellentes gravuras que o illustram em grande quantidade, que novamente chama a nossa attenção, como obra mais importante que ultimamente tem visto a luz publica em o nosso paiz.

É grande o merito d'esta obra, quer a consideremos sob o ponto de vista historico, em que, a par da historia conscienciosa vêmos perpassar os monumentos do grande imperio indiano, a mór parte dos quaes tão derruidos como o nosso poderio d'outr'ora, reduzido hoje á mais completa decadencia para além do Ganges, quer sob o ponto de vista geographico, em que o auctor nos conduz d'esde as cidades até ás mais obscuras aldeias, pondo sob nossos olhos os panoramas variegados, onde avultam as elegantes palmeiras recortando os seus ramos espadanados sobre o limpido firmamento, e as grimpas reluzentes dos pagodes a entremearem-se por entre as alterozas torres jesuiticas, monumentos levantados pela fé de duas crenças, uma que resiste até ao sacrificio com a convicção secular da tradição pagã, outra não menos fanatica, que se impõe a todo o transe, querendo vencer as consciencias pelo terror, antes de as convencer pela brandura, como a portadora de paz e de misericordia.

E, folheando o famoso livro, encontramos esta verdade, quando o auctor trata das causas que determinaram a decadencia do imperio portuguez na India, que a crença christã tanto engrandeceu, mas que a mesma crença determinou o seu occaso, pelos abusos que á sua sombra se praticaram.

Entristece saber o modo como se aniquillou tanta grandeza, como se exhauriram tantos thesouros, se perderam tantas forças, e se reduziu á anemia esse collosso invejado, de que apenas resta um espolio insignificante, nas muralhas das suas fortalezas desmanteladas, nas paredes dos seus palacios cahidos, nos seus templos quasi abandonados, sem culto e sem recursos.

Um dos grandes merecimentos da *India Portugueza* é archivar em suas paginas, o melhor d'esses monumentos, alguns dos quaes já desappareceram no todo ou em parte, e outros em breve se consumirão na voragem do tempo, que apague os restos de uma civilisação brilhante, dimanada cá do extremo occidente e levada ao extremo oriente «por mares nunca d'antes navegados».

Não é menos interessante a parte que trata da mythologia indiana, muito principalmente nos desenhos que a acompanham, copiados dos proprios idolos, com a mais escrupulosa minuciosidade, e que alguns d'elles nunca foram reproduzidos em estampa.

São tão curiosos que escolhemos estas gravuras de preferencia a outras para as apresentarmos aos nossos leitores, que assim melhor idéa lhes damos das muitas bellezas e curiosidades da *India Portugueza*.

A parte descriptiva que diz respeito a estes idolos não é menos interessante, e por isso, com a devida venia aqui a transcrevemos:

«*Mythologia Concany*.—Os gentios goanezes dão ao Todo Poderoso diversas denominações, mas principalmente a de *Anant*, *Zeus* ou Omnipotente. Reconhecem-n'o como substancia unica, e crêem que nada existe fóra d'elle, nem distincto d'elle. O que não é elle, não é realidade, é méra illusão, ou um sonho. Dão-lhe os attributos de *Mahaballa*, *Ispará* ou Deus forte, *Anadsid* ou Eterno, e *Narayana* ou Ente supremo e incorporeo.

Aquelles para quem a idéa de Deus é mais confusa, adoram-n'o com multiplicidade de nomes e sob diversas fórmas, julgando que ha muitos seres distinctos, predominando uns sobre os outros.

O amor, o respeito por todos os seres é de tal ordem que nem mesmo os reptis são perseguidos, reconhecendo instinctivamente o hindú os beneficios enormes, que lhe prestam essas existencias mysteriosas, tão injustamente votadas á execração e ao desprezo pelos europeus.

Com effeito, o hindú sem os reptis que devoram os insectos, e sem as aves de rapina e os animaes carnivoros, que se nutrem dos cadaveres, seria victima das exhalações putridas n'esses climas quentes e humidos, onde a vida e a morte tão rapidamente se succedem.

Nos antigos e admiraveis poemas, no Ramayana, a gigantesca *camalassana* ou nymphea alba da litteratura indiana, e no Mahabharata, a encyclopedia poetica dos brahmanes, revela-se perfeitamente esse culto dulcissimo e puro, que affectuosamente se rende a toda a natureza, e que, abraçando com sympathia o universo, transforma toda a sua religião em sentimento de amor, principalmente entre os brahmanes, que ainda não perverteram este elevado culto.

Os bottos dizem que o homem, como a mais perfeita das creaturas, tem a imagem á similhança de Deus; e crêem que não ha mais do que um unico Deus, principio e termo de todas as cousas, acção e paixão, ou antes unidade simplissima e identica, da qual sahem essas apparencias de ser, e a ella e n'ella se perdem como as gotas do orvalho na immensidade dos mares.

O Deus que nós adorâmos, dizem os bottos sinceros e illustrados, é o mesmo que adoram os christãos. A crença nos deuses, principalmente no que reina sobre todos é commum a todo o genero humano. A suprema intelligencia que regula o mundo não é o proprio mundo, conforme a concepção dos pantheistas, é puramente intuitiva, vê do mesmo modo tudo o que é, e tudo o que póde ser; para ella todas as verdades se representam n'uma só ideia, todos os logares n'um só ponto, e todos os tempos em um só momento.

Os brahmanes capciosos, como depositarios da idéa divina sacrificando os interesses do povo ás suas conveniencias, substituiram a religião pelo fanatismo fazendo com que Anant, apparecesse espalhado por toda a natureza, e aqui e ali em personificações terriveis, sob as diversas designações de *Brahmá*, *Vishnú* e *Shiva* ou *Mahés*.—Brahmá emquanto cria; Vishnú emquanto conserva; e Shiva emquanto destroe e renova as fórmas da materia.

Fixaram a residencia de Anant em *Moká*, que significa região eterna; a de Brahmá no *Satlóco*, que quer dizer reino da verdade; a de Vishnú no *Vaikuntá* ou paraizo; e a de Shiva no *Cálás* ou reino pacifico.

Brahma.—Brahmá primeira pessoa da *trimurty* indiana a quem Narayana deu o poder de crear, é pelos *chitaris* ou pintores hindus representado com quatro cabeças, para mostrar a amplitude infinita da sua sciencia, e com quatro braços, que symbolisam os quatro livros sagrados dos Vedas: *Rig-Veda*, *Jayur-Veda*, *Sama-Veda* e *Atarva-Veda*. Em uma das quatro mãos tem um livro que indica o poder legislativo; na outra o fogo, emblema da força; e tem as outras mãos juntas em acto de adoração.

Está sentado sobre a *Camalassana* ou flôr de camal, tambem nomeada pelos indigenas christãos de Goa *salóc* ou *camól*, cujo pedunculo encarnado sáe do umbigo de Vishnú.

Esta flôr é a *Nymphea alba* da familia das Nympheaceas, de Salisbury. Serve de throno a Brahmá; representa Horus ou o sol, a quem os egypcios a consagram; corôa a fronte de Ozyris, e é pelos hindús considerada o emblema do mundo sahido das aguas, talvez pela propriedade de fechar as petalas e mergulhar na agua onde vegeta, quando o sol se esconde no occaso, e saír e desabrochar de novo, logo que o astro do dia reapparece no horisonte.

A *Nymphea alba* é muito parecida com a *Nymphea lothos*, que vegeta nas aguas de quasi todos os lagos e reprezas da India; porém a verdadeira *nymphea alba* encontra-se unicamente na grande alagoa de Benaulim em Salcete.

Dizem os gentios que Brahmá não é adorado em pagode algum de hindú, em rasão de Shiva haver stigmatisado tal adoração por causa do incesto por elle commettido com sua propria filha Sarasvaty, deusa que preside ás sciencias e ás artes. Todavia, na aldeia de Caramboly-Brahmá da provincia de Satary existe um pequeno pagode aonde se admira uma magnifica *bavalye* ou estatua esculpturada em granito, e que desenhámos em 1868.

Esta imagem de Brahmá, de que offerecemos o desenho, tinha—dizem os sataryenses—em uma das mãos, que estão partidas, um livro e na outra o fogo; na terceira tem o circulo *checrá*, e na quarta sustenta uma amphora contendo *amerute* ou licor da immortalidade. Aos lados vêem-se Sidy e Ridy, suas favoritas, e aos pés duas calavontes. Mede 1m,50 de altura, e, segundo a tradição, fôra esta estatua em 1541 levada da ilha de Goa para Satary, a fim de não ser destruida, como muitas outras, pelos portuguezes.

Vishnú.—Vishnú, segunda pessoa da *trimurty*, a quem foi dado o poder de conservar, está em fórma de menino deitado sobre uma folha de arvore *veddo*. Pintam-n'o de azul, symbolisando assim a côr com que ficou depois de ter absorvido a peçonha da formidavel serpente *sexa* ou *chein* de mil cabeças, para evitar que, derramando-se, contaminasse a terra. Tem quatro braços. N'uma das mãos o buzio chamado *xenco*, n'outra o circulo denominado *checrá* ou *sudorsem*, instrumento que constantemente irradia fogo; na terceira tem o sceptro ou bastão chamado *gadá*, symbolo de mando supremo; e finalmente com a quarta faz o signal designado *padmo*, que quer dizer *não temas nada*. Tem na cabeça uma especie de tiara, na cintura um muge, e nos braços, joelhos e pés *valés* (braceletes) e *paigon* (guizos de oiro e prata), manilhas e outros adornos. Do ventre nasce a flôr de camal, que serve de throno a Brahmá.

Está Vishnú no Vaikuntá no meio do *quirsagor* (mar de leite) sobre a serpente sexa, que lhe serve de throno, e em que dorme um somno contemplativo. Tem a seus pés a deusa Laximiny, sua consorte.

Mahés, o Óte (sol), a Sendry (lua), as estrellas, a agua, e a atmosphera, completam o quadro do principio da creação do universo.

Em quasi todos os pagodes se vê em chitrá (pintura) a figura de Vishnú sobre a serpente sexa, depois de lhe haver servido como de corda para fazer rolar a montanha de oiro, designada Mandraguy no *quirsagor*, afim de se apoderar das quatorze *rotnás* ou preciosidades. As rotnãs são:

1.ª *Laximiny*, ou a felicidade, que coube a Vishnú;
2.ª *Constubh*, pedra preciosa, que foi distribuida a Vishnú;
3.ª *Pariatoc*, arvore cujas flôres têem as petalas côr de perola e os pedunculos encarnados, igualmente distribuida a Vishnú;
4.ª *Sura*, licor de palmeira, para os doits ou gigantes que auxiliam Vishnú n'esta empreza;
5.ª *Donmotry*, medico liberto;
6.ª *Sondry* ou *Chandramá*, para Shiva;
7.ª *Câmadhênú*, vacca que dá tudo, representada com rosto humano e corpo alado de quadrupede, foi distribuida a Angdias ou Vochist;
8.ª *Hoiravoto* (elephante branco), tambem chamado *Gogé*, coube a Indrá;
9.ª *Devanganá* ou *Rambá* (calavonte ou bailadeira e cantora celeste) ao mesmo Indrá;
10.ª *Uchesrava* ou o cavallo de sete cabeças, pertenceu ao Óte;
11.ª *Vic* (veneno) a Shiva;
12.ª *Haridanum*, o arco e a frecha, a Vishnú;
13.ª *Xenco*, buzio, coube em partilha a Vishnú;
14.ª *Amerute* ou licor da immortalidade foi distribuido aos deuses.

Sustentam os sectarios de Vishnú, que este deus, como executor dos pensamentos de *Anant* seu pae, creára das pestanas de seus olhos a *Siva*, *Mahés* ou *Mahadeu*; que da sua resplandecencia nascêra o sol; da luz de seus olhos a lua; dos poros de seu corpo as estrellas e os planetas; das suas lagrimas o mar; da propria respiração os ventos; emfim da sua excreção a terra. D'esta douctrina parece ter nascido a idéa exagerada de que os hindús estão possuidos, crendo que Deus existe consubstanciado em tudo que é material e immaterial, creador e creatura.

Os sectarios de Brahmá dizem que foi este e não Vishnú, que querendo multiplicar-se, creou as aguas; e que estas, querendo tambem multiplicar-se, crearam os elementos terrestres e solidos.

Que o homem primitivo teve o nome de *Admira*, que em sanskrito quer dizer o primeiro; que sua mulher se chamava *Pracriti*, e que Deus formou o primeiro homem do limo da terra. Outros dizem que o primeiro homem se chamára Brahmá, o qual sahira do ventre de Vishnú, e que este procreára da sua mente a Laximiny, para ser sua esposa e servir de modelo ao genero humano.

Brahmá teve por esposa Savetry, filha de Vishnú e de Laximiny, para com ella procrear os homens á similhança da sua imagem, e as mulheres á similhança da de Laximiny, guardando Vishnú só para si o poder de lhes infundir a alma.

Brahmá teve dez filhos de sua filha *Sarasvaty*; *Marichy*, o primogenito, procreou Caxiepo-Brahmá, e este Cadrú, de que descendeu tal quantidade de filhos, que só dos que se dedicaram ao sacerdocio subiu o numero a oitenta mil. Por esta rasão foi considerado Caxiepo o progenitor, patriarcha e legislador dos brahmanes sacerdotes, denominados bottos.

Encarnações legendarias de Vishnú.—Na Harypurana, terceira parte da Purana emanada do Vedão, vem descriptas as dez encarnações de Vishnú chamadas *Avatars*, que os chitaris representam muitas vezes a capricho, e quasi sempre incorrectamente.

As estampas que apresentâmos, foram por nós copiadas dos idolos, baixos-relevos e quadros que existem nos diversos pagodes que visitámos, e as descripções são feitas segundo a tradição goaneza, tendo unicamente por fim dar uma nota explicativa das gravuras.

(Continúa.)

C. A.

A INDIA PORTUGUEZA

VISHNÚ

SARASVATY, Deusa da Sciencia e das Artes

BRAHMA

Gravuras extrahidas do livro «A INDIA PORTUGUEZA».

Supplemento ao n.º 308 do OCCIDENTE
11 DE JULHO DE 1887

D. JOÃO II ANTE O CORPO INANIMADO DE SEU FILHO D. AFFONSO

Quadro de Condeixa, pertencente á Academia Real de Bellas-Artes — Desenho do mesmo auctor, gravura de Heitor & Lallemant

A PONTE PENSIL DO PORTO

Agora que está prestes a desapparecer a ponte pensil que ligou por bastantes annos as duas margens do Douro, no Porto, é conveniente deixar archivada nas paginas do OCCIDENTE a estampa d'essa ponte, acompanhando-a de algumas notas relativas á sua construcção e ás causas que a motivaram.

As communicações entre o Porto e Villa Nova de Gaya faziam-se até 1806 unicamente por meio de barcos adequados ao transporte de mercadorias e passageiros, mas como é facil de presumir, tal systema de conducção tinha inconvenientes que sobremodo gravavam os interesses das duas povoações, já pelo dispendio d'esses transportes, já pelas repetidas interrupções do transito, motivadas pelas cheias que impossibilitavam a navegação por causa da grande velocidade das correntes.

Os habitantes dirigiram-se então ás auctoridades pedindo-lhes para obviarem a esse mal e por intervenção d'ellas conseguiram que o governo ordenasse a construcção de uma ponte sobre barcas, a qual se inaugurou em 14 de agosto de 1806, dia da Senhora do Pilar.

A ponte era de cerca de mil palmos de comprimento, compondo-se de 33 barcas ligadas entre si por fortes cadeias de ferro, subia e descia com as marés, abria-se para dar passagem ás embarcações de maior lotação e desmanchava-se e restabelecia-se quando isso era necessario.

Tres annos depois, em 29 de março de 1809, por occasião da entrada das tropas francezas commandadas pelo general Soult, deu-se a terrivel catastrophe que sepultou nas aguas do rio cerca de 400 pessoas das que, em uma fuga desordenada, procuravam refugiar-se em Villa Nova de Gaya.

Os habitantes, aterrados pela approximação do exercito francez, accorreram em massa para a ponte, mas os primeiros que a transpozeram, no intuito de impedirem a perseguição das forças de Soult, abriram os alçapões e assim os deixaram, sem se lembrarem de que eram seguidos por uma multidão que ia encontrar a morte n'esse abysmo.

Na cegueira da fuga, os primeiros que chegaram junto dos alçapões cahiram ao rio e os que se lhes succediam eram precipitados violentamente pela força do impulso dos que vinham atraz, inconscientes do perigo que os aguardava.

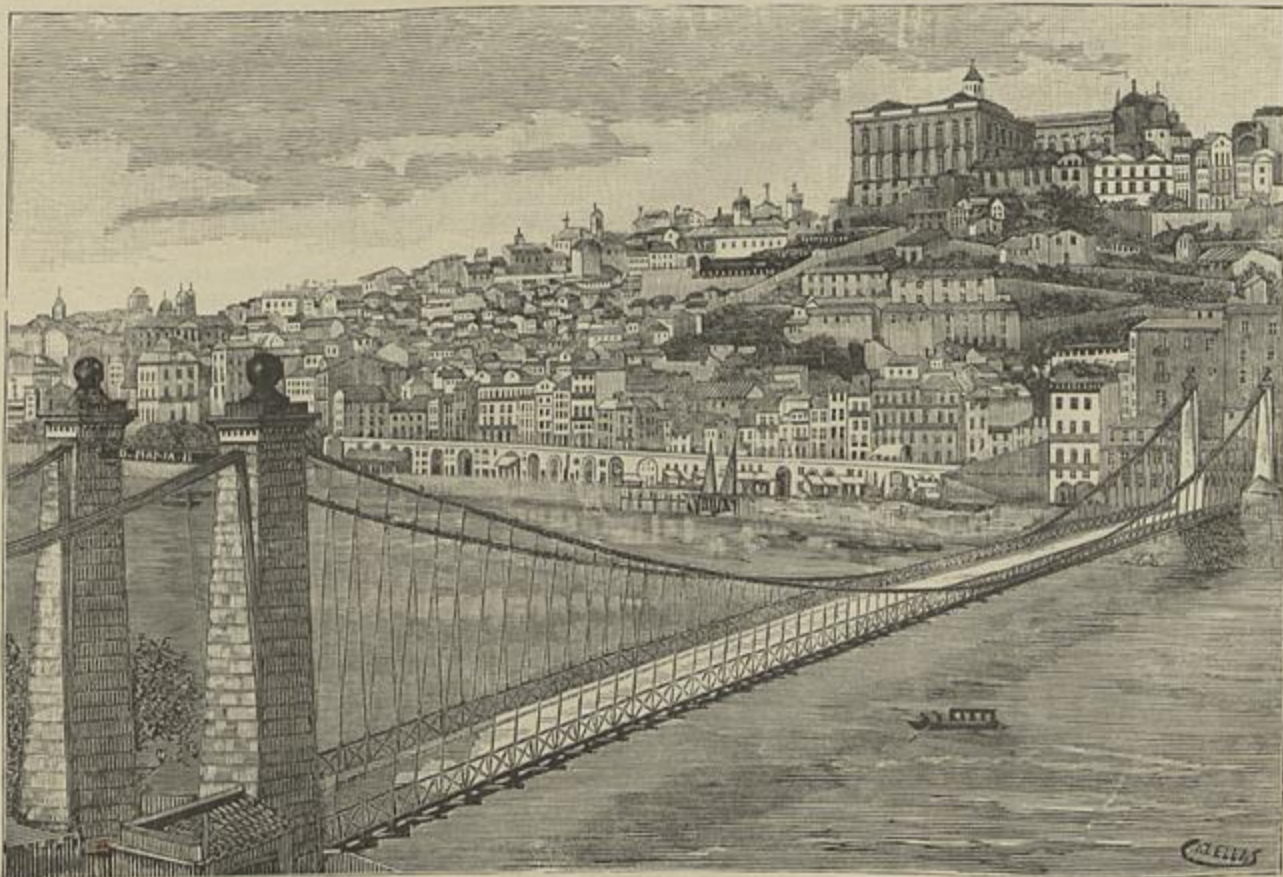
Este horroroso desastre acha-se representado em um painel que está collocado no muro da Ribeira, exactamente defronte do sitio onde existia a ponte, e todos os annos o luctuoso anniversario é commemorado pela irmandade das almas da capella de S. José das Taypas, que ali vae em procissão resar um responso.

Em 12 de maio do mesmo anno de 1809, os francezes receiando a perseguição do exercito anglo-luso, que sobre o commando de lord Wellington vinha a marchas forçadas sobre elles, incendiaram a ponte, que foi promptamente restabelecida pelos esforços dedicados dos villanovenses. Este acto de patriotismo acha-se consignado no «Diario de Lisboa» n.º 15 d'aquelle anno, mencionando-se ahi que, em menos de duas horas, os habitantes de Gaya apresentaram toda a madeira e taboado para reconstruir a ponte, a fim de se facilitar a passagem do nosso exercito.

Como essa reconstrucção foi provisoria, tratou-se de restabelecer a ponte de modo a ficar mais ampla do que a antiga, mas a circumstancia de ter de se desmanchar todos os annos mais de uma vez, para evitar que as enchentes do rio a arrebatassem, fez pensar na maneira de a substituir de fórma a obviar ás continuas interrupções de transito que se davam.

Em 1837, o governo adjudicando aos empreiteiros Clarange Luccotte

BÉTAL, DEUS DA PROPAGAÇÃO

(Gravura extrahida do livro «A INDIA PORTUGUEZA»)

PONTE PENSIL ENTRE A CIDADE DO PORTO E VILLA NOVA DE GAYA, QUE VAE SER DEMOLIDA

(Segundo uma photographia de Biel)

& C.ª a construcção da estrada real de Lisboa ao Porto, contratou tambem com elles o estabelecimento de uma ponte suspensa, para substituir a que existia, esse contracto, approvado por lei de 7 de abril d'aquelle anno, foi ratificado por escriptura em 5 de maio seguinte.

Os arrematantes apresentaram dous projectos para a nova ponte, sendo um d'elles dos engenheiros Mellet e Bigot que a situavam entre a rua de S. João e a rua Direita em Villa Nova de Gaya.

Nenhum d'esses projectos porem foi adoptado, decidindo-se por ultimo e por parecer do inspector geral das obras publicas, Luiz da Silveira Mouzinho de Albuquerque, que ella se construisse mais ao nascente da antiga entre os sitios do Penedo, do lado de Gaya, e dos Guindaes, do lado do Porto.

Inauguraram-se as obras com toda a solemnidade no dia 2 de maio de 1841, anniversario da coroação da rainha a snr.ª D. Maria II, assistindo todas as auctoridades do Porto e Gaya, e em 4 da janeiro de 1843 faziam-se as primeiras experiencias de resistencia por meio de pipas cheias de agua, collocadas dos dous lados do taboleiro durante o espaço de 16 horas.

Em principio de fevereiro tinham-se completado todos os trabalhos e já a ponte podia ser aberta á circulação, mas como se esperava a ordem do governo, que devia chegar no dia 10 ou 12, a casa constructora resolveu dar ao acto da inauguração todo o apparato, tencionando solicitar a comparencia das authoridades, das tropas da guarnição, etc.

Todos esses projectos de solemnidade se goraram porém, porque sobrevindo no dia 17 uma repentina cheia que obrigou a desmanchar-se a antiga ponte de barcas, teve de abrir-se ao transito a ponte pensil, o que se verificou em 18 de fevereiro de 1843.

A ponte de que se trata foi construida na antiga praia de Miragaya, onde hoje existe o edificio da alfandega, levando essa construcção um anno, nave mezes e quinze dias. Como os empreiteiros se demorassem em restituir á camara aquelle terreno no seu antigo estado, visto estar pejado com os barracões que se haviam ali erguido para as diversas officinas, foram essas edificações mandadas demolir pelo juiz eleito da freguezia de Miragaya e por sentença do poder judicial.

Segundo o contracto feito com a casa Clarange Luccotte, que organisou uma companhia de accionistas para levar a effeito a construcção da ponte, foi ella usufruida por espaço de trinta annos pela referida companhia, que no fim d'esse praso a entergou ao governo, o que se verificou em 1876.

Durante muitos annos foi arrematante dos direitos de portagem o fallecido João Coelho de Almeida, conhecido tambem pelo appelido de «Coelho da Ponte».

A ponte pensil tem 166,^{m}70 de extensão e 6 de largo, sendo os passeios de 1 metro de largo cada um. Eleva-se 10 metros acima do nivel do rio. O taboleiro está suspenso de 8 grossas amarras feitas de arame de ferro queimado e coberto de uma espessa camada de verniz. Essas amarras passam, 4 de cada lado, por sobre 4 obeliscos de granito, de 18 metros de altura, 3,^{m}2 de largo na base e 1,^{m}8 na extremidade. Os obeliscos são ligados entre si por uns tirantes de ferro em que se lê a legenda—«D. Maria II.—1842». As amarras acham-se chumbadas em rocha viva a grande profundidade do solo, com chumbadouros dentados. D'essas amarras pendem perpendicularmente outras mais delgadas em numero de 211, sendo 108 do lado do nascente e 103 do poente, que seguram pela extremidade as vigas sobre as quaes assenta o taboleiro, construido de madeira.

A vista da ponte, reproduzida hoje no Occidente dá perfeita ideia do seu aspecto e estrctura. A vista abrange tambem uma parte do panorama da cidade, no qual avulta o paço episcopal.

Manuel M. Rodrigues.

AUGUSTO NEUPARTH

Augusto Neuparth, fallecido no dia 20 do mez passado, e de quem hoje damos o retrato, foi um dos mais distinctos artistas portuguezes, e era ultimamente o mais notavel professor da orchestra do theatro de S. Carlos.

Filho do mestre da musica do regimento 119 de linha, do exercito francez, serviu depois no regimento denominado de Gomes até 1814, estabelecendo-se definitivamente em Portugal.

Os talentos musicaes de Augusto Neuparth rapidamente se denunciaram e desenvolveram, auxiliados por um grande amor ao estudo, e uma segura intuição dos segredos da arte. Foi seu primeiro mestre Francisco dos Santos, um nome obscuro nos annaes da arte musical, mas que, logrou sobreviver ao esquecimento, por haver logrado a bôa fortuna de ter tido por discipulos a Augusto Neuparth, e a Guilherme Cossoul, um outro laureado da arte que todos ainda hoje recordam com saudade. Mais tarde, recebeu Augusto Neuparth lições do eximio maestro e contrapontista Joaquim Casimiro Junior, que a arte moderna commemora como um dos seus mais notaveis cultores, e que foi como o élo que prendeu as tradicções do ensino musico monacal, ás aspirações artisticas rejuvenescidas pela maior liberdade que a arte tomára ao desprender-se das peias claustraes.

O primeiro instrumento a que se dedicou foi ao clarinete, tendo por director seu pae, e recebendo tambem lições de Filippe Titel, um outro nome obscuro, agora posto em evidencia pelo notavel talento do seu discipulo dilecto. Foi elle quem o industriou e familiarisou nos segredos do fagote, instrumento difficil de tocar com mestria, e de que Neuparth fez pelo correr do tempo o seu instrumento predilecto, apesar de ser egualmente eminente no oboé, no corne-inglez e no saxophone, de que déra brilhantes provas quando em concurso publico, e sem competidor, aspirou e conseguiu ser nomeado professor do Conservatorio de Lisboa.

Aos 17 annos apenas, quando as vocações rotineiras mal contam com as incertesas do futuro, já Augusto Neuparth, se apresentava em publico como solista, tocando nos concertos mais selectos da sua epocha, como os que se davam então na sociedade Melpomene e na assembléa phylarmonica, e ainda em outras associações que procuravam fazer reviver o gosto pela musica, que a extincção dos conventos, aonde ella se cultivava com esmero, a trazia como exilada dos seus centros naturaes de expansão e vida.

A exagerada modestia de Augusto Neuparth não lhe permittiu, nos primeiros tempos da sua vida artistica, denunciar-se como um grande sabedor, que já era, dos segredos da historia e das evoluções constantes da mais variavel e progressiva das artes. Contentando-se com o ser geralmente reconhecido como um solista distincto, furtava-se a ser, como podia, um critico auctorisado, e talvez um maestro, tão solidos eram os conhecimentos que possuia da harmonia e do contraponto que aprendera com Francisco Norberto dos Santos Pinto, que por algum tempo fôra regente consciencioso da orchestra de S. Carlos, e professor do Conservatorio.

Não contente com a grande copia de conhecimentos musicaes que adquirira no paiz, recebeu ainda prestantes lições do celebre professor Hauphmann, do Conservatorio de Leipzig, completando assim a sua educação musical. Confessára Augusto Neuparth, quando interrogado, que nunca se sentira com disposição natural para compositor, mas é licito suspeitar que a gloria, já adquirida como solista, o fazia receiar de mais audazes commettimentos, trocando as palmas já ganhas pelos azares de uma experiencia temeraria.

Em 1852, Augusto Neuparth visitou a Allemanha e a França, as duas grandes patrias da arte moderna, regressando a Portugal para nunca mais deixar de ser o nucleo, o centro, de todo o movimento musical do paiz.

Aperfeiçoando-se no conhecimento das duas linguas, que já conhecia theoricamente, foi-lhe esse conhecimento um poderoso auxiliar para nos livros estudar, e andar ao corrente, quer das luctas das escholas que entre si disputam a supremacia da arte, quer das theorias e dos processos com que a critica musical faz a apreciação, mais ou menos apaixonada dos chefes das duas escholas rivaes.

Como prova da precocidade do talento de Augusto Neuparth, antes da pratica o tornar um artista excepcional, diremos que foi escolhido para primeiro fagote da orchestra do theatro de S. Carlos contando apenas 18 annos de edade, logar que nunca mais deixou de exercer com applauso do publico, e não raro com calorosas felicitações dos mais nobilitados regentes de orchestra, como os que ultimamente tem dirigido os concertos classicos, ou regido a orchestra do theatro de S. Carlos.

O fallecido Augusto Neuparth entrou para o Conservatorio em 1862, na qualidade de professor substituto da aula de rudimentos, sendo transferido em 1865 para a aula de instrumentos de palheta, despachado professor effectivo em 1870, depois de um brilhantissimo concurso, que ficou em memoria dos mais exigentes, com limite maximo que um jury artistico podia exigir de um candidato ao magisterio. A' sua illustrada iniciativa se deve a introducção dos concertos classicos entre nós, dirigidos pelos notaveis maestros Barbieri e Colonne; bem como o desenvolvimento que tomou a Associação 24 de junho.

O finado professor Augusto Neuparth era, alem de secretario do Conservatorio para que fôra proposto pelo actual director, Presidente da Associação Musica Vinte e Quatro de Junho.

Musico da orchestra da Real Camara, sendo especialmente bem acceite de Sua Magestade El-Rei, que a miudo o chamava ao paço para tomar parte em concertos de caracter intimo.

Presidente do monte-pio Philarmonico.

Ex-delegado do Conservatorio ao Conselho Superior de Instrucção Publica.

Distincto artista da orchestra do theatro de S. Carlos.

Socio honorario dos albergues nocturnos de Lisboa; e da Commissão de beneficencia dos pobres de Caparica.

Proprietario e redactor da Revista musical «O Amphion»

Professor da aula de palheta da Real Academia dos Amadores de Musica.

Proprietario do armazem de musica e instrumentos, na rua Nova do Almada, fundado em 1824.

Alem d'isto o finado era condecorado com os habitos de S. Thiago do merito artistico, scientifico, e litterario, e com os habitos da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, e de Carlos III, de Hespanha.

O funeral a Augusto Neuparth foi concorridissimo, seguindo o prestito a pé desde a egreja da Encarnação, até o cemiterio occidental.

Á beira da sepultura proferiu o director do Conservatorio o seguinte discurso:

«Meus senhores:—Força-me a posição official que occupo a ser eu quem diga n'este logar, e n'esta hora solemne, o ultimo adeus ao cidadão prestante, ao industrial intelligente e honesto, ao amigo bondoso e affavel, e, principalmente ao artista distinctissimo, que em si symbolisava uma classe modesta e trabalhadora.

É a esta hora, quasi crepuscular, que as saudades se avivam e os corações se expandem. É aqui, n'este recinto, de ordinario tão calmo e silencioso, que a voz da verdade tem direito a fazer-se ouvir. É aqui, entre os contrastes grandiosos da natureza, que se póde á vontade fallar da arte, d'essa grande seductora, que nos prende, nos arrasta e nos fulmina. É ainda aqui, e ainda mal que para sempre, que nos despedimos do homem excellente, do artista excepcional, que sellava as mais brilhantes qualidades do espirito com o cunho da mais exemplar modestia!

Não vos fallarei, meus senhores, do chefe de familia. É-nos defezo transpôr os humbraes do lar domestico. Menos ainda vos fallarei do industrial que soube fazer respeitar a sua firma, e manter em tempos difficeis o credito do seu nome. É do artista, do professor do conservatorio, do presidente da Associação 24 de junho, que eu peço licença para dizer ainda algumas breves palavras.

Ha, meus senhores, artistas que logo ao desprenderem o vôo dos ninhos em que se emplumaram, nunca mais o baixam das cumiadas luminosas a que ascenderam, alheios ao trato da familia, e ás pequenas miserias da vida social. Outros ha, porém, e n'esse numero cumpre-me registar o nome de Augusto Neuparth, que sabem, paraphraseando a palavra do Evangelho, dar a Deus o que é de Deus, e a Cesar o que é de Cesar, isto é, á arte o que a arte reclama do genio, e á familia e á patria, o que a patria e a familia teem direito a reclamar do coração de artista.

Se é grande a gloria do maestro que, como Wagner, revolucionou a arte; não é menor a gloria do artista que, como Listz, por um instrumento se apaixona, e n'elle sabe reproduzir as mais desencontradas paixões do coração humano.

A esta segunda classe de artistas pertencia Augusto Neuparth.

No seu instrumento dilecto achava elle écos para todas as saudades. Quantas vezes, depois dos grandes deslumbramentos do nosso theatro lyrico, e dos applausos dados aos mais afamados artistas, o applaudimos nós a elle, e o vimos erguer-se modesto, como sempre, para entretecer nas virentes palmas dos applausos publicos as singelas flôres dos seus sonhos despretenciosos?

Meus senhores! Augusto Neuparth foi um ar-

tista e um caracter. Tinha a fibra viril dos grandes luctadores e as complacencias suaves e amenas do homem de familia. O maximo elogio que posso fazer-lhe é dizendo que morreu sem deixar um unico inimigo, e affirmando que o logar que elle occupava na arte portugueza ficará ainda por largo tempo, viuvo do homem que saiba condignamente substituil-o.

A imprensa, que é a grande pregoeira, e a grande confirmadora das virtudes e dos talentos dos homens que se avantajam ao commum dos seus contemporaneos, dirá ámanhã o muito que significou na arte o homem que já desde hoje e d'este momento, pertence á posteridade. Eu, meus senhores, não posso, nem sei fazel-o.

L. A. Palmeirim.

O NOSSO SUPPLEMENTO

D. JOÃO II ANTE O CORPO INANIMADO DE SEU FILHO D. AFFONSO

(Quadro de Condeixa)

Proseguindo no nosso empenho de fazer conhecidas as producções da arte nacional, d'essa arte tão inconscientemente desdenhada pelos que mais parecem orgulhar-se com o brilho de estranhos do que com os louvaveis esforços dos seus conterraneos, publicâmos hoje, de preferencia a um qualquer quadro estrangeiro, muito embora com maior sacrificio para a empreza d'este periodico, a reproducção em gravura de um quadro portuguez, devido ao talento de um artista nacional que ha pouco acabou de fazer os seus estudos em Paris, e que tão brilhantemente nos apresenta o resultado d'esses estudos no bello quadro de *D. João II ante o corpo inanimado de seu filho D. Affonso*, ultimo trabalho que o artista executou em Paris, antes de regressar a Lisboa, como prova do seu aproveitamento na grande capital da arte.

O sr. Ernesto Ferreira Condeixa, auctor d'este quadro, é um discipulo da Academia de Bellas-Artes de Lisboa, que, por concurso feito em 1881, obteve a concessão de ir, como pensionista do estado, estudar a arte de pintura no estrangeiro.

Não nos propomos fazer n'este momento a critica d'este quadro, a respeito do qual alguns criticos já se pronunciaram, porque reservamos essa critica para um nosso collaborador, que muito brevemente encetará n'este periodico um artigo a respeito da ultima exposição da Sociedade Promotora de Bellas-Artes em Portugal, em que o mesmo quadro figurou ao lado de tantas obras d'arte, produzidas por uma nova geração de artistas, promettedora e já notavel.

Para aquelle artigo enviamos os nossos leitores, e desde já podemos annunciar que elle será acompanhado de uma serie de magnificas gravuras, reproduzindo os quadros mais notaveis que se apresentaram na referida exposição.

O VISCONDE DE JUROMENHA

III

O periodo agitadissimo de 1828 a 1833, tambem não discorreu sereno para o visconde de Juromenha; porém, não consta que, junto dos seus amigos particulares e politicos, e das pessoas da sua familia que o acompanhavam como correligionarios, elle se tornasse notavel pelas idéas exaggeradas ou por feitos, que concitassem as animadversões e os odios.

Pelo contrario, era sabido que se o visconde, orphão, porque o general Lacerda tinha fallecido, e, apesar dos ardores dos seus verdes annos, n'aquella época, podesse preponderar com o seu conselho, onde todos parecia terem-se combinado para atearem as chammas de uma grande fogueira de enormes sacrificios, da bondade innata do seu coração, dos predicados da sua nobre alma já tão pronunciados, só poderiam sair palavras que suavisassem o horror de muitos incidentes lastimaveis e espantosos!

No desenlace fatal, mas necessario para beneficio e socego da nação, o visconde de Juromenha estava na situação dos demais correligionarios. Mas pela influencia da sua familia e pela sua posição, então brilhantissima, achava-se singularmente peor.

Emigrou com os mais grados e influentes. As auctoridades triumphantes foram-se aos bens d'esses cidadãos expatriados e sequestraram-nos. O visconde, pois, fugira, mas pobre pela força dos acontecimentos politicos e pela consequencia inevitavel das vinganças e compensações, que desciam em perigoso declive e que só podiam parar quando acalmassem as paixões desencadeadas em peripecias odientas.

A sua emigração durou quatro annos. Em tão longo periodo affastado da patria, que elle amava profundamente; e suffocando intimas commoções e enxugando lagrimas que derramava pelos males d'ella, o visconde de Juromenha, estimulado pelo amor ao estudo, com o que podia apagar saudades e minorar os amargores da emigração, percorreu varias terras da Europa, relacionou-se com alguns estrangeiros distinctos em sciencias e letras, estreitou a amisade com os companheiros que lhe mereciam mais sympathia e predilecção; e fez com que lhe fossem abertos numerosos archivos e bibliothecas.

O visconde de Juromenha poz termo definitivamente á sua vida de emigrado, e um tanto de «bohemio», posto que não faltasse jámais ao respeito do seu nome e das suas tradições, quando realisou em 1837 o consorcio com uma nobre dama, por quem se apaixonára, D. Carlota Emilia Ferreira Sarmento, filha do conselheiro Manuel José Sarmento e de sua mulher D. Mariana Raymunda Ferreira Sarmento.

Com esta affectuosa companheira, digna a todos os respeitos do amor que lhe dedicava o esposo extremecido, quiz elle estabelecer-se de novo em terra portugueza, jurando que nunca mais sahiria d'ella, salvo em algum caso de força maior.

O seu proceder futuro, embora não agradasse a muitos, visou a um alvo: conservar inalteraveis a serenidade e a paz no lar, no solo da patria.

O seu pensamento nobilissimo, poderia talvez trasladar-se n'estas phrases:

—Conservarei immaculada a minha fé, manterei religiosamente as minhas convicções, que me seguirão á sepultura; mas quero alargar o coração, desejo expandir suavemente a alma, faço votos para que n'este lar, que levantarei do abatimento e da ruina, que me trouxeram o embate das paixões, onde tambem me encontrei envolvido, possa vêr reinar a minha nova familia, cercada de amigos intimos e bons, sem indagar de que campo politico elles derivam, nem quaes ideas professam e evangelisam. Não discutirei com elles. Não discutirão tambem comigo ácerca de ponto de que possâmos divergir. Ficâmos assim bem. E aqui teremos paz!

Desde então até o ultimo instante da sua existencia, não me consta que o visconde de Juromenha se afastasse do que formára a sua norma de proceder.

Assim era facil vêr, na casa do visconde, e na intimidade d'elle, homens de ideas e convicções mui oppostas, posto que de alta esphera, como Antonio de Carvalho Daun e Lorena (representante dos antigos condes de Redinha), os illustres poetas João de Lemos e Pereira da Cunha, Ignacio Pizarro de Moraes Sarmento, tambem poeta e escriptor estimavel; João de Azevedo Coutinho [1], D. Martinho Pereira Coutinho [2], o abbade de Castro, Alexandre Herculano e outros.

Logo depois do seu regresso a Lisboa, foi Ignacio Pizarro quem levou o visconde de Juromenha a estreitar relações com Alexandre Herculano, relações que, me disse o illustre visconde, conservára com desvanecimento e sem interrupção até que o grande historiador se finou.

(Continua)

Brito Aranha.

[1] João de Azevedo Coutinho era primo-irmão do visconde e a quem elle se confessava sempre muito grato e amigo dos mais intimos e dedicados. Quando elle falleceu teve dôr cruciante. Seus filhos, vivos, estimados e respeitados, podem attestal-o. Um é o sr. bacharel Luiz da Costa de Azevedo Coutinho, no presente digno juiz da quarta vara civel na comarca de Lisboa; e o outro é o sr. bacharel Martinho da França de Azevedo Coutinho, lavrador e proprietario em Portalegre. O segundo ficou testamenteiro do illustre visconde e depositario das suas ultimas vontades.

[2] D. Martinho, já fallecido, era tambem parente e vivia na mais cordeal intimidade com o visconde. Homem modesto e extraordinariamente habilidoso. Era irmão do meu honrado amigo sr. D. Miguel Pereira Coutinho, chefe de repartição no ministerio da justiça e digno par do reino eleito; e pae do sr. D. Antonio Pereira Coutinho, um dos mais esclarecidos e sympathicos lentes do instituto geral de agricultura.

ERRATA

No ultimo paragrapho (3.ª col., lin. 25.ª, da pag. 147), do anterior artigo, onde se lê: *sempre*, deve substituir-se por *seu pae*. Foi equivoco, que de certo muitos leitores facilmente corrigiriam.

O CASEIRO

A CAETANO FONTANA

Como o calor apertava, fui beber agua ao Salgueiral, onde é deliciosamente fresca.

Ao dobrar a curva da azinhaga que leva ao pittoresco logarejo, surprehendeu-me a attitude do Silva, debruçado no muro da quinta, braços abertos estendidos horisontalmente, largo chapeirão de palha muito caido sobre os olhos. Palavra, que tive a travêssa idéa de o aproveitar como espantalho na minha figueira, porque a pardalada ia-me por lá rompendo as capas dos figos, muito mais do que eu quereria.

E o Silva debruçava-se cada vez mais para espreitar o caseiro, que era só quem seguia pela azinhaga, para o lado da villa, quasi a perder-se de vista,—jaleca ao hombro esquerdo, e, ao direito, um grande sacco de retalhos, enfiado no cabo d'um sachito de pá e bico.

Estive quasi para perguntar ao Silva por que motivo espreitava elle o caseiro, que, aproveitando a baixa do trabalho, ia decerto estar alguns dias na terra. Mas detive-me um pouco a olhar a paizagem surprehendente, que tinha diante de mim.

Pelo terreno aspero, coberto de restolho, limitado, ao longe, pelo azul vigoroso da atmosphera,—dispersava-se a boiada do Cannas,—boisitos pequenos, airosos, de grandes chavelhos altivos. Este aspecto da paizagem, simples, alegrado de sons quentes, lembrava quadros de Silva Porto. Para a direita, o extenso muro caiado da quinta do Pateo cortava obliquamente a mancha verde dos pomares, e por cima d'ella tinha tristeza uma nesga da casa, onde se inscrevia uma janella de vidros pequenos, esmaltados irregularmente de manchas violaceas e carminadas, como se porventura estivesse quasi a desapparecer d'elles a pintura gothica d'um vitral do seculo XIII. Para o outro lado, estendiam-se as vinhas, divididas em rectangulos por cannaviaes meio seccos; depois, pouco a pouco, a terra humosa ia-se esbatendo no areal; penedos negrejavam a espaços; e, muito longe, quasi inesperadamente, o mar fazia pensar n'uma phantasia de paizagem.

Depois, voltei-me para o Silva, e para ver se obtinha a explicação do phenomeno, perguntei-lhe,—se havia por lá alguma novidade.

—Que o deixasse. Eu bem sabia o que era isto de caseiros;—uma corja!—

E d'alli a pouco:

—«Diab'alma!»—

Mas eu não o deixei, e poude saber por que motivo estava o Silva debruçado no muro, braços abertos estendidos horisontalmente, espreitando o caseiro que seguia caminho da villa, já quasi a esconder-se. Eu lhes conto:

O Silva desconfiava, havia muito tempo, que o caseiro ia por vezes abrigar-se do sol na frescura suave da adega... Fechou-a e guardou a chave.

Mas o homem continuava a provar com evidencia que não matava a séde apenas com agua. Se houvesse taberna alli perto, estava explicado o caso. Não havia, e a adega tinha uma fechadura valente. Por isso o facto era deveras maravilhoso.

O Silva punha-se ás vezes pensativo, querendo descobrir a malhada.

Um dia, viu o caseiro, depois do almoço, guardar a chave do quarto debaixo da folhagem ampla d'uma videira, que fica á borda da rua. Teve a scintillação d'uma idéa. Mas disfarçou. D'alli a tempo, foi buscar a chave, abriu a porta do quarto, e viu logo a um canto, muito fresca no seu tom denegrido, molhado e frio, uma quartolla de seis almudes.

Correu ao caseiro, e muito aspero, bruscamente:

—Que bebesse o resto, e se pozesse logo na rua!—

E como aquelle dia era o ultimo do mez, pagou-lhe, e foi debruçar-se no muro, para ter o gosto de o ver affastar-se.

José Pessanha.

ORIGEM DO JORNALISMO EM PORTUGAL

(Conclusão)

1850—3 de agosto (C. de L.)

Revogando as lei de 22 de dezembro de 1834, 10 de novembro de 1837 e 19 de outubro de

AUGUSTO NEUPARTH — Fallecido em 20 de Junho de 1887

(Segundo uma photographia de Solas)

1840. *Conde de Thomar* e *Felix Pereira de Magalhães.* (1)

1851 — 22 e 24 de maio (D. *em dictadura.*)

Revogando a lei de 3 de agosto de 1850 e determinando que os redactores principaes sejam considerados como idoneos para responsaveis dos jornaes politicos uma vez que paguem a quarta parte do valor de contribuições fixadas no art.º 11.º da lei de 19 de outubro de 1840 para os jurados nos delictos por abuso de liberdade de imprensa. Manda que os responsaveis dos jornaes politicos, recebam dentro do praso de um mez, a contar da data da publicação deste decreto, a importancia dos depositos com que entravam em virtude da lei de 3 de agosto de 1860. *Duque de Saldanha.*

1856 — 1 de outubro.

Regulando a liberdade de imprensa no ultramar.

1866. — 17 de maio.

Abolindo todas as cauções e restricções estabelecidas para a imprensa periodica pela legislação actual.

As garantias populares, concedidas pela lei fundamental da monarchia, foram suspensas diversas vezes, como acabamos de dizer, em consequencia das agitações que se deram no paiz.

Pela enumeração que d'ellas fazemos, claramente se mostra o tempo em que a liberdade de imprensa esteve suspensa. Essas medidas temporarias parecem-nos justas porque tendiam a a impedir que as livres opiniões da imprensa, ás vezes violentas em demasia, ainda mais excitassem o povo á revolta, ou embaraçassem os meios de a repremir.

1837—14 de julho.—Suspensão de garantias pelo espaço de um mez.

1837—13 de agosto—Prorogação por mais um mez.

1837—13 de setembro—Dita por mais um mez.

1837—7 de outubro—Derogando a carta de lei de 14 de julho, á excepção dos districtos de Beja, Faro, Evora e serra do Algarve. (2)

1840—14 de agosto.—Nova suspensão de garantias. Prohibe-se por um mez a publicação de folhas periodicas, á excepção do *Diario das Côrtes, Diario do Governo* e folhas litterarias.

1840—14 de setembro—Revogando até 15 de novembro as disposições da C. de L. de 14 de agosto.

1844—6 de fevereiro.—Suspendendo as garantias por 20 dias.

1844—22 de fevereiro.--Prorogando até 31 de março.

1844—20 de abril.—Prorogando até 23 de maio.

1846—20 de abril.—Suspendendo as garantias por 60 dias.

1746—7 de outubro.—Nova suspensão por 30 dias.

1846—5 de novembro.—Prorogando por mais um mez.

1846—6 de dezembro.—Prorogando por mais um mez.

1847—6 de janeiro—Prorogando por mais um mez.

1847—27 de janeiro—Suspendendo as garantias por tres mezes nos Açores.

1847—6 de fevereiro.—Prorogando a suspensão no continente por mais um mez.

1847—6 de março.—Nova prorogação por mais um mez.

1847—6 de abril.—Dita por mais um mez.

1847—6 de maio.—Dita por mais um mez.

1847—6 de junho.—Dita por mais um mez.

1847—6 de julho.—Prorogação até ao fim de julho.

1862—16 de setembro.

Suspendendo as garantias individuaes no districto de Braga pelo espaço de 30 dias (durou porém até ao dia 3 de outubro).

Recapitulando temos: 1837 3 mezes; 1840 3 mezes; 1844 3 mezes; 1846 5 mezes; 1847 6 mezes e 25 dias, e n'uma parte do reino 19 dias (1862). Total: 21 mezes e 15 dias no espaço de vinte e oito annos.

Silva Pereira.

(1) Foi chamada a *lei das rolhas*, porque violando o § 3.º do artigo 145 da Carta Constitucional era pelos seus vexames de censura e pelas suas medidas oppressivas um verdadairo sophisma á livre manifestação do pensamento.

(2) A suspensão de garantias individuaes, n'estes districtos e serra do Algarve, estava decretada desde 4 de março, sendo prorogada em 12 de junho, 20 de dezembro do dito anno e 2 de março de 1838 por mais dois mezes, perfazendo portanto o total de quatorze mezes de suspensão da liberdade de imprensa n'aquelles districtos do sul.

RESENHA NOTICIOSA

Reclusos da Casa de Correcção. Foi resolvido que os reclusos da Casa de Correcção das Monicas, que mostrarem vocação para a musica e para o desenho, possam frequentar a Academia de Bellas Artes ou o Conservatorio, subsidiados pelo estado. Esta regalia, porém, só é permittida áquelles dos reclusos que se tenham regenerado completamente. É desnecessario encarecer a utilidade d'esta medida.

Visita Real. É esperado em Lisboa no proximo outomno sua magestade Oscar II, rei da Suecia, que vem pagar a visita que el-rei D. Luiz lhe fez em agosto do anno passado.

Casamento do imperador da China. Segundo se lê n'um despacho dirigido de Shangae ao *Standart* de Londres, foi officialmente annunciado o casamento do imperador do celeste imperio, para muito breve. Para occorrer ás despezas das festas, que devem ser sumptuosas, está calculada a importante somma de quatro mil e quinhentos contos.

Jubileu da Rainha Victoria. Foram pomposas as festas que se realisaram em Londres por occasião do jubileu da rainha Victoria; entretanto, é certo que essas festas não passaram além das officiaes, e que o aspecto miseravel da maior parte da população de Londres prejudicou bastante o luzimento e explendor proprios de taes solemnidades.

Jantar da imprensa. Por iniciativa do sr. João Chagas, distincto jornalista, que faz parte da redacção do *Primeiro de Janeiro,* realisou-se no Palacio de Crystal do Porto um jantar a que assistiram os jornalistas portuenses em fraternal convivio. No dia 7 de agosto proximo deve ter logar um segundo jantar, e assim todos os mezes.

O Pinhal de Leiria incendiado. Manifestou-se um grande incendio no Pinhal de Leiria, n'uma extenção de cêrca de duzentos hectares.

Biblias raras. No leilão, em Londres, da bibliotheca do conde de Grawford foi vendido por 695 libras um exemplar de uma edição da Biblia de Guttemberg, impresso em caracteres fixos. Um outro exemplar da Biblia, de uma edição de Amsterdam, do seculo XV, foi offerecido á marqueza de Miraflores por uma dama de Andaluzia. Este exemplar é tão raro que se lhe dá o valor do seu peso em diamantes. Vae ser offerecido ao Papa Leão XIII por occasião do seu jubileu.

Ensino agricola. O reverendo arcebispo primaz de Braga, representou ao governo sobre a utilidade da creação de uma aula de agricultura junta do seminario diocesano, afim de habilitar com conhecimentos agricolas os alumnos que mais tarde poderão vir a exercer as funcções de parochos nas freguezias ruraes. Achamos optima a idéa e digna de se adoptar nos differentes seminarios do reino.

Fera domesticada. O sultão de Marrocos tem um tigre muito bonito e de grandes proporções que está domesticado como um gato. A formosa féra entra livremente no haren do seu dono e priva com as odaliscas, com uma familiaridade que não é permittida a outros mortaes. Brinca no gabinete dos ministros com os papeis officiaes e não raras vezes com os proprios ministros rasgando-lhes de vez em quando as vestes com as suas afiadas garras. Tem uma predilecção especial pelas creanças, que acaricia e lambe como um fiel rafeiro, e é tal a confiança que o seu bom genio inspira, que nunca anda açaimado. Depois d'isto não se poderá affirmar que o tigre é indomesticavel.

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos:

Bibliotheca do Povo e das Escolas, David Corazzi, editor, Lisboa. O n.º 145 d'esta bibliotheca trata das *Plantas uteis das mattas de Portugal,* por João de Mendonça, professor, naturalista, membro do Instituto de Coimbra, da Sociedade Broteriana, da Sociedade Linneana da Suecia, collaborador do *Herbarium Normale* de Schultz, etc. O conhecimento da flora indigena é tão importante e util pela riqueza e beneficios que dimana, que é ocioso recommendar este novo livrinho da popular bibliotheca, que tão bom serviço presta á vulgarisação dos conhecimentos uteis.

A Moda, *publicação tri-mensal, illustrada com figurinos em phototypia e offerecida aos consumidores-revendedores da real e imperial chapelaria a vapor de Costa Braga & Filhos.* Porto. Este numero da *Moda* traz os figurinos de chapeus relativos á estação de verão, cujos modelos são de grande variedade e elegancia.

A Arena, *periodico litterario e artistico,* redactores Paulino de Brito, Heliodoro de Brito e Marques de Carvalho. Pará. Com este titulo principiou a publicar-se na cidade de Belem, do Pará, um periodico litterario, de que recebemos os primeiros numeros. É uma boa publicação.

AVISO

Com este numero do Occidente é distribuido gratis a todos os srs. assignantes e correspondentes, um supplemento — D. João II ante o corpo inanimado de seu filho D. Affonso.

Para a venda avulso regulam as mesmas condições dos supplementos que se tem publicado.

Typ. Castro Irmão — Rua da Cruz de Pau, 31 — Lisboa